**Bolsas** — Na sexta-feira: 0,64% São Paulo; 1,73% Nova York

**Pontuação B3** — IBovespa nos últimos dias: 182.509 / 181.556 (24/3, 25/3, 26/3, 27/3)

**Dólar** — Na sexta-feira: R$ 5,241 (- 0,28%)

| Dólar | Últimos |
|---|---|
| 23/março | 5,240 |
| 24/março | 5,255 |
| 25/março | 5,220 |
| 26/março | 5,256 |

**Salário mínimo** — R$ 1.621

**Euro** — Comercial, venda na sexta-feira: R$ 6,035

**CDI** — Ao ano: 14,65%

**CDB** — Prefixado 30 dias (ao ano): 14,65%

**Inflação** — IPCA do IBGE (em %)

| | |
|---|---|
| Outubro/2025 | 0,09 |
| Novembro/2025 | 0,18 |
| Dezembro/2025 | 0,33 |
| Janeiro/2026 | 0,33 |
| Fevereiro/2026 | 0,70 |

## CUSTO DE VIDA

# Bets são as maiores causadoras de dívidas

Estudo mostra que o endividamento provocado por vício em jogos on-line já supera fatores históricos, como taxas de juros

» LETÍCIA CORRÊA*
» CAETANO YAMAMOTO*

Joédson Alves/Agência Brasil

**Danos à saúde mental e física de apostadores resultam em um prejuízo estimado em, pelo menos, R$ 38,8 bilhões por ano**

Um estudo da FIA Business School e do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (Ibevar) revelou que o vício em jogos on-line, as chamadas bets, é a principal causa de endividamento no Brasil, ultrapassando fatores históricos como as taxas de juros e o comprometimento da renda com crédito.

A pesquisa, que analisou dados de 2011 a 2025, utilizou modelos estatísticos para medir o impacto de diferentes variáveis no orçamento doméstico, e os resultados apresentam um alerta para a sociedade brasileira. O coeficiente associado às apostas atingiu 0,2255, superando com folga o impacto dos juros ao consumidor (0,0709) e do volume de crédito sobre a renda (0,0440). Na prática, o peso das apostas no endividamento é quase o dobro da soma dos juros e do crédito combinados.

Embora o endividamento no país viesse apresentando uma leve tendência de desaceleração, a legalização das apostas esportivas em 2018, no governo do ex-presidente Michel Temer (MDB), e sua explosão a partir de 2019 deram impulso à dinâmica da dívida. Estima-se que 39,5 milhões de brasileiros tenham utilizado plataformas de apostas nos últimos 12 meses, dos quais 19% admitem ter comprometido sua renda e 17% deixaram de pagar contas básicas para jogar.

Para o economista Sidney Proença, as apostas on-line não devem ser vistas como a causa isolada do endividamento, mas como um potente acelerador de uma crise financeira já instalada no Brasil. Ele destaca que a incompreensão de conceitos como risco e probabilidade leva o cidadão a ignorar que, no longo prazo, a lógica matemática do jogo sempre favorece a casa.

"O problema é que existe uma combinação perigosa: falta de educação financeira, dificuldade em entender risco, fator emocional de querer recuperar perdas e facilidade de acesso, tudo isso somado a um marketing que vende a ideia de ganho fácil. No fim, a conta não fecha, porque o sistema é feito para a casa ganhar a longo prazo", disse.

> **No fim, a conta não fecha, porque o sistema é feito para a casa (de aposta) ganhar no longo prazo"**
>
> ***Sidney Proença,*** *economista*

O especialista apontou que o fenômeno é alimentado por um marketing agressivo, comparável ao antigo boom do day trade, que constrói uma imagem de sucesso rápido e ganho fácil. Esse estímulo externo, somado à facilidade de acesso por plataformas digitais, cria um ciclo emocional perigoso, no qual o apostador tenta recuperar perdas sob uma falsa sensação de controle.

"As bets não criam o endividamento sozinhas, mas acabam ampliando um comportamento de risco em uma população que já está fragilizada financeiramente", destacou.

Economista e especialista da Me Poupe!, Gean Duarte acredita que a ascensão das bets como principal motor de dívidas no Brasil decorre de uma combinação de fatores, começando pela acessibilidade extrema via celular, sem as burocracias ou análises de renda do crédito tradicional. Na avaliação dele,o uso de gatilhos psicológicos semelhantes aos de cassinos, que geram ciclos de repetição e uma percepção distorcida do apostador, que passa a enxergar o jogo não como um gasto, mas como uma possibilidade de renda.

"Além disso, há um fator social relevante. A popularização das bets veio acompanhada de uma narrativa de sucesso fácil, impulsionada por influenciadores e publicidade massiva. Isso cria uma pressão indireta e uma normalização do comportamento, principalmente entre jovens e pessoas de menor renda [...] Por fim, diferente do crédito com juros, que gera dívida de forma mais gradual, as bets têm um efeito imediato e, muitas vezes, silencioso. A pessoa pode perder valores significativos em pouco tempo, sem perceber a gravidade até que o impacto já esteja instalado no orçamento", argumentou.

> **A popularização das bets veio acompanhada de uma narrativa de sucesso fácil, impulsionada por influenciadores e publicidade massiva"**
>
> ***Gean Duarte,*** *economista*

O fenômeno das bets não apenas gera dívidas, ele também provoca um deslocamento de recursos de atividades produtivas para apostas de retorno esperado negativo. Dados da consultoria PwC indicam que, nas classes C, D e E, 76% dos gastos que antes iam para o lazer e 5% dos recursos destinados à alimentação estão sendo redirecionados para as plataformas on-line. O perfil predominante do apostador é de homens entre 18 e 30 anos, de baixa renda, sendo que 58% deles possuem dívidas em atraso há mais de 90 dias.

Além do desequilíbrio financeiro, o jogo problemático se transformou em um fardo à saúde pública e à estrutura social brasileira. Uma pesquisa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) revelou que as bets podem causar danos à saúde que geram prejuízo à sociedade de pelo menos R$30,6 bi ao ano.

### Danos à saúde

"O custo total dos danos associados ao jogo problemático é estimado em pelo menos R$38,8 bilhões anuais, que inclui também impactos relacionados a outros fatores como perda de emprego, de moradia e aprisionamento", informam.

Essas estimativas envolvem custos diretos para o Estado, mas também custos sociais indiretos, mais amplos, associados à perda de qualidade e duração de vida, contados em anos de vida ajustados pela qualidade, medida usada na área da saúde para calcular quantos anos de vida saudável uma pessoa perde por causa de uma doença ou condição.

A organização ressalta que os prejuízos sociais bilionários contrastam com os lucros expressivos do setor de apostas online, que só no primeiro semestre de 2025 lucrou R$17,4 bilhões. A arrecadação também cresceu, mas em níveis considerados insuficientes diante do custo dos danos sociais.

A pesquisa mostra que, após a implementação da tributação sobre o setor, a arrecadação passou de R$ 38 milhões entre janeiro e setembro de 2024 para R$ 6,8 bilhões no mesmo período de 2025, um aumento de 180 vezes. Entretanto, apesar desse crescimento na arrecadação, apenas 1% do valor arrecadado sobre a receita é destinado ao Ministério da Saúde. Até 25 de agosto de 2025, o repasse somava pouco mais de R$ 32 milhões, segundo informações do Ministério da Fazenda em resposta ao requerimento de informação enviado pelas organizações responsáveis pelo estudo.

"Além de irrisório diante dos custos sociais estimados, o país ainda não possui uma vinculação orçamentária específica para financiar ações de cuidado no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), o que impede que seja verificada a equivalência ou discrepância entre os recursos obtidos pelo Estado com a tributação e os custos arcados pelo SUS."

O Instituto de Economia Maurílio Biagi da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (IEMB-Acirp) — filiado à Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) — realizou um levantamento que aponta que despesas essenciais com alimentação, vestuário e lazer vêm sendo parcialmente substituídas por gastos recorrentes com apostas. Além de comprometer o orçamento familiar e gerar instabilidade financeira, o fenômeno eleva a probabilidade de inadimplência e afeta o comércio local.

***Estagiários sob supervisão de Veronica Soares**

# Taxação e os desafios legislativos do país

O governo federal tem buscado formas de mitigar o impacto fiscal e social por meio do aumento da tributação. Em dezembro de 2025, o parlamento aprovou novas regras que elevaram a alíquota sobre as bets de 12% para 15%. Com essa e outras medidas (como a taxação de fintechs e JCP), a equipe econômica projeta arrecadar R$ 4,4 bilhões adicionais em 2026 para reduzir o desequilíbrio das contas públicas.

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei antifacção, mas retirou do texto a criação da Cide-Bets. Essa contribuição de 15% seria destinada especificamente ao financiamento da segurança pública e à modernização de presídios, funcionando como um tributo temporário até a entrada do Imposto Seletivo em 2027.

A exclusão dessa taxa e de normas que permitiriam a regularização de impostos atrasados das empresas de apostas reflete a complexidade do lobby e da fiscalização do setor. Enquanto a arrecadação das bets saltou de R$ 38 milhões em 2024 para R$ 6,8 bilhões em 2025, críticos e especialistas alertam que esses valores ainda são insuficientes para cobrir os vastos danos sociais e de saúde provocados pela disseminação desenfreada dos jogos de azar no Brasil.

Para o advogado tributarista Guilherme Peloso Araújo, doutor pela USP e sócio do escritório Carvalho Borges Araújo Advogados, a tentativa do governo de utilizar o aumento da carga tributária como ferramenta para desestimular as apostas on-line terá um impacto "absolutamente marginal" na realidade brasileira. Em sua análise, embora o Poder Legislativo deva avaliar os efeitos comportamentais de qualquer alteração fiscal, elevar os impostos sobre as plataformas de apostas não possui o condão de resolver o grave problema social e econômico que o setor representa hoje.

"Aumentar a carga tributária sobre as bets poderia, sim, ter algum efeito de desestímulo à utilização massiva do serviço prestado pelas casas de aposta, o que, contudo, parece-nos absolutamente marginal. Entendemos que não seria uma medida eficaz", afirma.

Ele explica que, embora existam tributos com natureza extra-fiscal — aqueles desenhados especificamente para regular mercados e condutas, além de arrecadar —, eles não seriam eficazes para coibir a massividade das apostas. Araújo ressalta que o cenário atual é crítico, com pesquisas indicando que brasileiros estão utilizando recursos destinados à alimentação para apostar, o que demonstra que a demanda pelo jogo não é sensível a ajustes tributários que apenas encarecem o serviço.

"Não enxergamos uma ferramenta inerente ao direito tributário para resolver a questão", diz o advogado.

Como solução para os problemas causados pelas bets, Sidney Proença defende uma "regulação inteligente" que foque na educação e na proteção do indivíduo, em vez da simples proibição. Entre as medidas propostas estão o controle rígido da publicidade, a inclusão da educação financeira no currículo de escolas públicas e privadas, e a criação de mecanismos tecnológicos, como limites de perda e alertas de risco integrados ao sistema financeiro. Estruturalmente, ele ressalta que a melhoria do ambiente econômico, com juros mais baixos e incentivo ao empreendedorismo, é fundamental para reduzir a tendência ao risco e garantir estabilidade real às famílias.